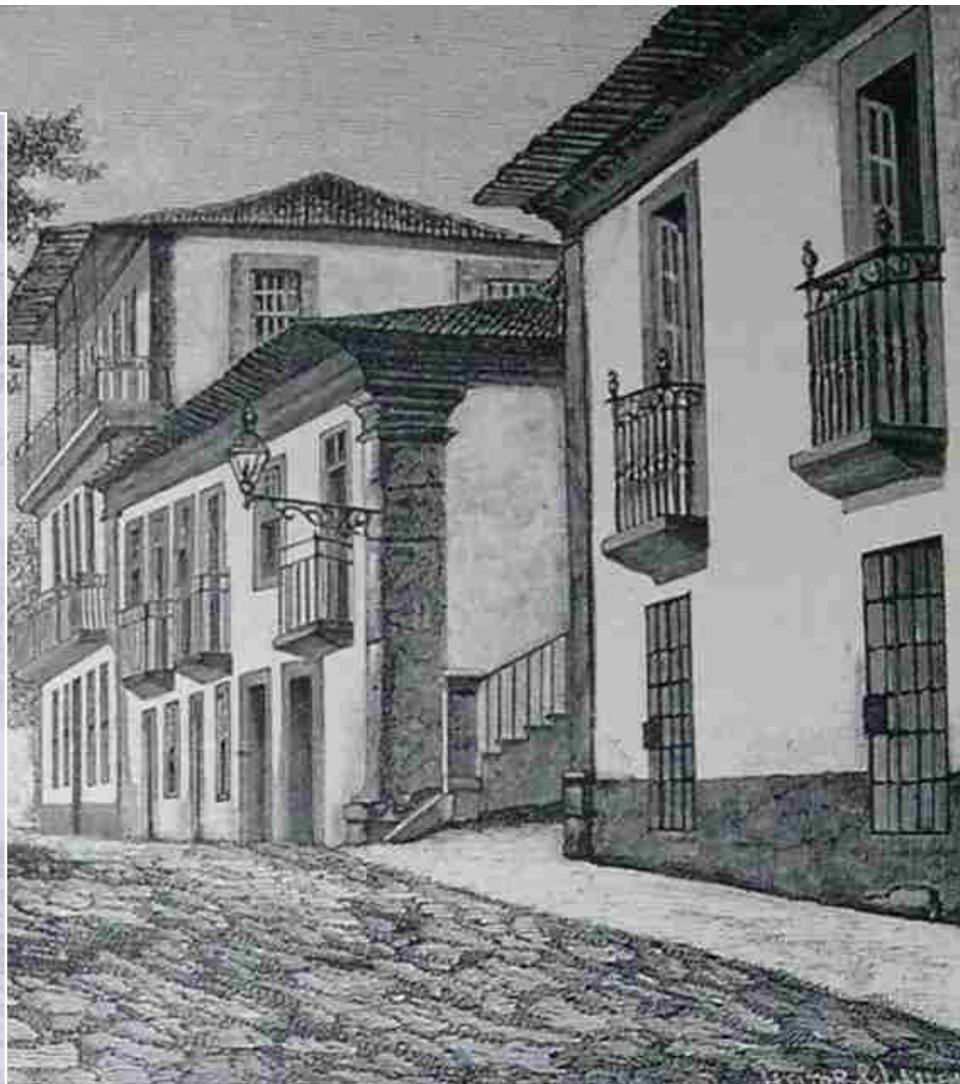


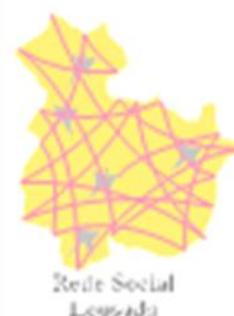
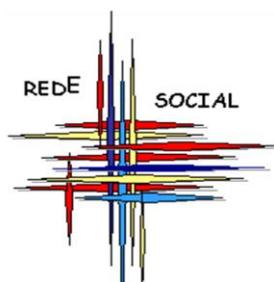
Diagnóstico Social Estratégico e Prospectivo

Rede Social de Lousada

2009



Rede Social de Lousada



Ficha Técnica

Rede Social de Lousada Diagnóstico Social Estratégico e Prospectivo

Entidade Promotora:

Câmara Municipal de Lousada
Divisão de Acção Social

Elaborado por:

Dra. Lucília Rebelo
Dra. Sofia Santalha

Com o apoio do Núcleo Executivo:

Dra. Anabela Ferreira
Eng. António Couto dos Reis
Eng. António Moreira
Dra. Cristina Moreira
Professora Ernestina Sousa
Dra. Francisca Miranda
Mestre Marta Luísa Mendes

Conteúdo

I – REFERÊNCIAL ESTRATÉGICO	4
1.1. Dos instrumentos de intervenção comunitária aos de âmbito nacional.....	4
1.2. Principais Desafios e Objectivos	6
II – DIAGNÓSTICO TERRITORIAL	10
2.1. Enquadramento geográfico do concelho de Lousada na sub-região NUT III Tâmega	10
2.2. Dinâmicas Territoriais desta Região.....	14
2.3. Lousada em números	16
Tendências Demográficas.....	16
Contexto Económico	17
Mercado de Trabalho e Desemprego.....	19
Educação.....	20
Protecção Social	23
Equipamentos e Respostas Sociais	24
Crianças e Jovens em Risco.....	25
Habitação Social	27
Deficiência.....	28
Violência Doméstica.....	30
Dependências.....	30
Criminalidade	30
Saúde	31
QUADRO SÍNTESE.....	32
III – DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO	34
IV – QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ACÇÃO LOCAL.....	36
BIBLIOGRAFIA	39

I – REFERÊNCIAL ESTRATÉGICO

1.1. Dos Instrumentos de Intervenção Comunitária aos de Âmbito Nacional

Em consonância com o seu contexto económico, social e político, a União Europeia definiu uma estratégia de actuação para os próximos anos que se baseia em duas forças motrizes: globalização e afirmação acelerada de uma nova economia centrada no conhecimento (onde as reformas económicas e inovação serão estimuladas, passando pela modernização dos sistemas de educação/formação e de bem-estar social).

A nova estratégia europeia foi traçada em Março de 2000 no Conselho Europeu de Lisboa, onde foram definidos os objectivos de longo prazo da União Europeia, identificaram-se as prioridades, as metas a alcançar e o papel dos vários intervenientes, e ainda da monitorização/acompanhamento dos mecanismos vigentes ou a implementar. A designada *Estratégia de Lisboa* é então tida como um importante marco de referência nas políticas sociais europeias de promoção da inclusão social, uma vez que “*aqui os Estados-membros comprometeram-se em promover o desenvolvimento sustentável e empregos de qualidade de forma a contribuir para reduzir o risco de pobreza e exclusão social, bem como reforçar a coesão económica e social na União Europeia entre 2001 e 2010*” (Moreira, 2003:2). O futuro da União Europeia ficou assim necessariamente associado a este Conselho Europeu. Pelo que a Agenda Social se constitui como um quadro para as políticas sociais, definindo-se para o efeito os quatro objectivos comuns da estratégia europeia para a inclusão social:

- Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços;
- Prevenir os riscos de exclusão;
- Actuar em favor dos mais vulneráveis;
- Mobilizar o conjunto dos intervenientes.

Este modelo social europeu caracteriza-se assim, pela indissociável ligação entre o progresso social e os resultados económicos, e está dotado de um novo instrumento de acção – o *método aberto de coordenação entre Estados membros* que consiste num “*método que permite combinar maior coerência europeia com respeito da diversidade e da iniciativa nacional. Partindo da definição de linhas directrizes europeias para uma*

certa política, passa pela identificação de boas práticas e de indicadores de referência, e traduz-se em planos nacionais com metas e medidas concretas adaptadas a cada caso nacional” (Rodrigues, 2004: 2). Esta nova estratégia de cooperação na promoção de políticas inclusivas e de combate à pobreza e exclusão social prevê a articulação entre os objectivos comuns europeus, o programa definido pela Comissão Europeia sobre esta matéria e os Planos Nacionais de Acção apresentados pelos Estados membros.

De destacar o Plano Nacional de Emprego (PNE) ao assentar no pilar da empregabilidade, o Programa Integrado de Apoio à Inovação e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) que procura contribuir para a promoção da inclusão assim como a igualdade de oportunidades de participação social numa sociedade com melhor qualidade e maior coesão. Este último é tido como um elemento chave da estratégia europeia de inclusão e uma componente fundamental do designado método aberto de coordenação, *“Este instrumento pretende ser uma forma de planeamento de um modelo de desenvolvimento que contribua para a coesão social mediante a possibilidade de integração dos indivíduos em contexto de pobreza e/ou exclusão social com todos os que não se encontram nessa situação, com vista à persecução de uma cada vez maior qualidade de vida”* (Baltazar, 2004:22).

Portanto, pela natureza multidimensional das componentes que integra, a Estratégia Europeia de Inclusão, pressupõe uma perspectiva integrada –*mainstreamed*– de todas as políticas e nas mais diversas escalas de actuação (local, nacional e europeia). No caso português, no que concerne ao plano em vigência, esta complementaridade é feita com o Plano Nacional de Emprego (PNE), a Estratégia Nacional sobre o futuro do Sistema das Pensões, o Programa Integrado de Apoio à Inovação (PROINOV), o Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS), a Lei de Bases da Segurança Social, Plano Nacional para a Igualdade, entre outros.

Assim, porque se entende que os problemas sociais, nomeadamente a pobreza e a exclusão social são formas complexas e multidimensionais, as políticas sociais devem ter um carácter intersectorial e transversal com vista a uma multidisciplinaridade de acção, logo o trabalho em *Rede* constitui uma opção no âmbito das Políticas Sociais.

1.2. Principais Desafios e Objectivos

Falar dos desafios de inclusão social na actualidade significa, falar da dimensão e do tipo das desigualdades sociais que continuam a exigir uma intensa atenção cívico-política. Às desigualdades sociais persistentes juntam-se hoje os efeitos derivados das conhecidas transformações demográficas, desafiando os sistemas de bem-estar para a execução da sua função, que se prende com a garantia dos direitos de cidadania, a protecção dos mais vulneráveis e a prevenção das situações de risco, empobrecimento e exclusão.

No quadro da estratégia global definida para a Protecção Social e Inclusão Social 2008-2010, no PNAI o Governo adopta um conjunto de medidas que permitirão promover a inclusão social e prevenir as situações de pobreza e exclusão social.

Os objectivos políticos prioritários seleccionados como pilares da estratégia para a Inclusão Social 2008-2010, organizam-se em torno de três áreas fundamentais:

Prioridade 1 | Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania.

Prioridade 2 | Corrigir as desvantagens na educação e formação/ qualificação.

Prioridade 3 | Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas.

Porém na operacionalização de diversas das suas medidas, as prioridades do PNAI cruzam-se com as prioridades e princípios do QREN 2007-2013:

<p>Prioridades Estratégicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qualificação dos Portugueses; ✓ Crescimento Sustentado; ✓ Coesão Social; ✓ Qualificação do Território e das Cidades; ✓ Eficiência da Governação.
<p>Princípios Orientadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Concentração das intervenções, dos recursos e tipologias de acção; ✓ Selectividade e focalização dos investimentos e acções de desenvolvimento; ✓ Viabilidade económica a sustentabilidade financeira das acentuações; ✓ Coesão e valorização territoriais que potenciem os factores de progresso económico, sociocultural e ambiental; ✓ Gestão e monitorização estratégica das intervenções.
<p>Prioridades temáticas dos PO</p>	<p>❖ Factores de Competitividade, que visam a eficiência e a qualidade das instituições públicas, permitindo a redução de custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, bem como a provisão de estímulos à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, incentivos à modernização e internacionalização empresariais, incentivos ao investimento directo estrangeiro qualificante, apoio à investigação e desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e conhecimento.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Potencial Humano com prioridade para intervenções no âmbito do emprego privado e público, da educação e formação e da formação avançada. ❖ Valorização Territorial, que inclua a realização de infra-estruturas, redes, equipamentos e outras intervenções em domínios essenciais como logística, transportes, energia, ambiente, património, prevenção e gestão de riscos e áreas sociais, nomeadamente saúde, educação, cultura e desporto.
--	--

Também não podemos esquecer a sua conexão com os desígnios presentes nos diversos instrumentos territoriais como:

Portugal 2025 PNPOT*	<ul style="list-style-type: none"> - Um espaço sustentável e bem ordenado - Uma economia competitiva, integrada e aberta - Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem – estar - Uma sociedade criativa e com sentido de cidadania.
Portugal 2015 ENDS*	Fazer de Portugal, no horizonte de 2015 um dos países mais competitivos da União Europeia num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social.
Portugal 2013 QREN*	O Quadro de Referência Estratégica Nacional assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

Portugal 2009 PNACE*	Colocar Portugal de novo no centro do processo de desenvolvimento à escala da União Europeia e à escala Global, promovendo o crescimento e o emprego através da melhoria da qualificação das pessoas, das empresas, das instituições, dos territórios, do desenvolvimento científico e do reforço da atractividade, da coesão social e da qualidade ambiental.
Norte 2015 PON*	A Região do Norte será, em 2015, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transaccionáveis que permita recuperar a trajectória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial.

*PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
ENDS- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
PNACE – Programa Nacional de acção para o Crescimento e o Emprego
PON – Programa Operacional do Norte*

II – DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

2.1. Enquadramento geográfico do concelho de Lousada na sub-região NUT III Tâmega

A Região do Tâmega da qual Lousada pertence é um território heterogéneo de transição entre a Área Metropolitana do Porto e o interior da Região Norte. Trata-se de uma área de 1.988 km², correspondendo a 9,3% da Região Norte. Este território caracteriza-se pela concentração crescente da população nos centros urbanos e sedes de concelho e pelo despovoamento das áreas rurais apresentando assim debilidades de coesão territorial na estrutura urbana (Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade, 2007-2010 TÂMEGA).

Ainda segundo o mesmo programa esta região tem pouco mais de meio milhão de habitantes e uma densidade populacional de 265,2 hab/km². O envelhecimento demográfico é muito inferior ao da restante Região Norte e ao do Continente. Os indicadores relativos às taxas de pré-escolarização e ao abandono escolar são mais negativos do que na região e no país, o que terá implicações nos baixos níveis de formação dos futuros activos. Os indicadores de saúde colocam o Tâmega abaixo dos valores médios regional e nacional. Quanto às políticas locais de Desporto têm levado a que a maioria dos municípios ofereçam um conjunto de serviços relativamente completo e diversificado e é também evidente um esforço de investimento na Cultura e na Preservação do Património Cultural.

Por fim, o mercado de trabalho neste território atravessa uma profunda crise: o emprego tem vindo a diminuir, as qualificações escolares dos trabalhadores são muito deficitárias, as actividades dominantes são de carácter intensivo em mão-de-obra e tradicionais, sem grandes avanços tecnológicos nem actividades intensivas em saber ou nas tecnologias de informação e comunicação.

Este Território classifica-se segundo o estudo “*Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*” realizado pela Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, IP como um **Território Industrial com Forte Desqualificação**.

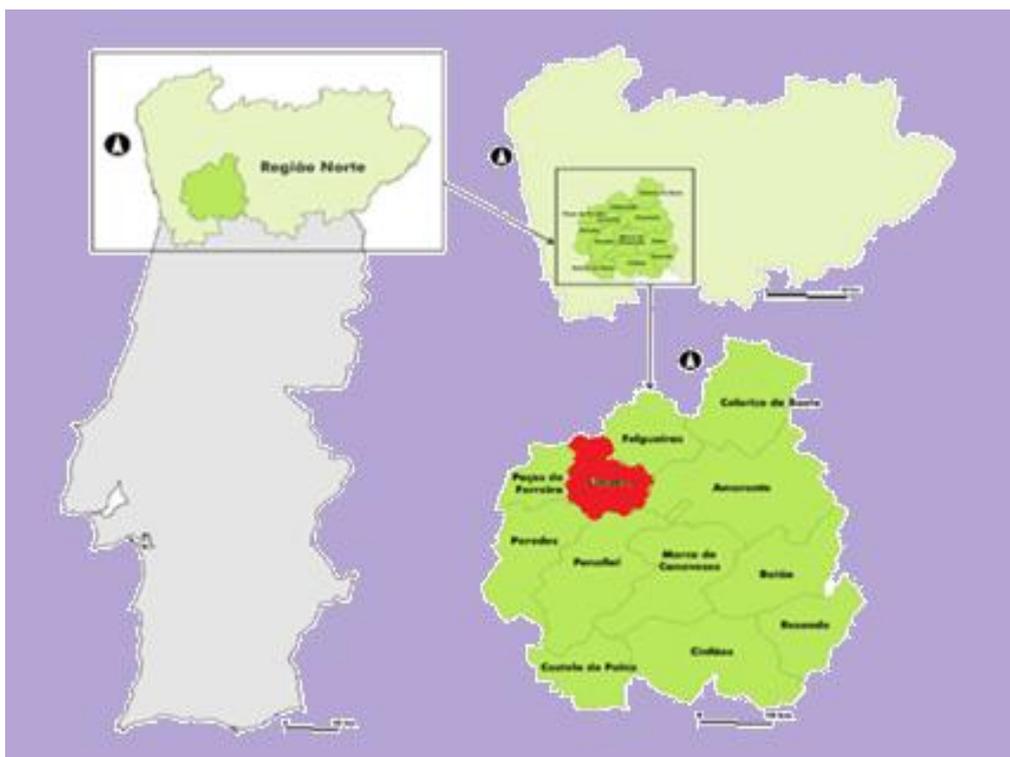


Figura 1 - Enquadramento do concelho de Lousada/NUT III Tâmega

O concelho de Lousada, juntamente com o de Penafiel, Paços de Ferreira, Felgueiras, Paredes e Castelo de Paiva, constitui o agrupamento de concelhos do “Vale do Sousa”.



Figura 2 – Enquadramento geográfico do concelho de Lousada/Vale do Sousa

O Concelho de Lousada tem uma área aproximada de 96.3 km², uma altura máxima de 577 metros e uma altura mínima de 175 metros, um comprimento máximo de Este para Oeste de 12 km e de 13 km de Norte para Sul. É constituído por 25 freguesias (figura 3) e 47 429 habitantes, ou seja, uma densidade populacional de 494,2 habitantes por Km².



Figura 3 – Mapa de Lousada

O seu território está segundo o PNPOT, classificado, segundo os usos do solo como:

Usos do solo identificados no PMOT			
Urbano	Equipamentos de Parques Urbanos	Industrial	Turismo
2 971,2 ha	72 ha	229,8 ha	9,8 ha

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2006

Como podemos verificar o uso de solo em ocupação urbana é o mais representativo, ocupando 2 971,2 ha da área total do concelho, 72 ha do solo são para equipamentos de parques urbanos, 229,8 há para fins industriais e 9,8 ha para o turismo.

Quanto às servidões e restrições de utilidade pública neste território a RAN em vigor e segundo a Carta de Reserva Agrícola Nacional ocupa uma área de 3 123,9 ha. Por sua vez, a REN segundo a Carta de Reserva Ecológica Nacional (publicada no DR. 1ª Série, n.º 194, de 22 de Agosto de 1996, Resolução do Conselho de Ministros n.º 128) ocupa uma área de 1 597,6 ha.

Ainda relativamente à tipologia do solo podemos ainda verificar segundo o Programa de Desenvolvimento Rural, as freguesias do concelho de Lousada englobadas em Estratégias Locais de Desenvolvimento.

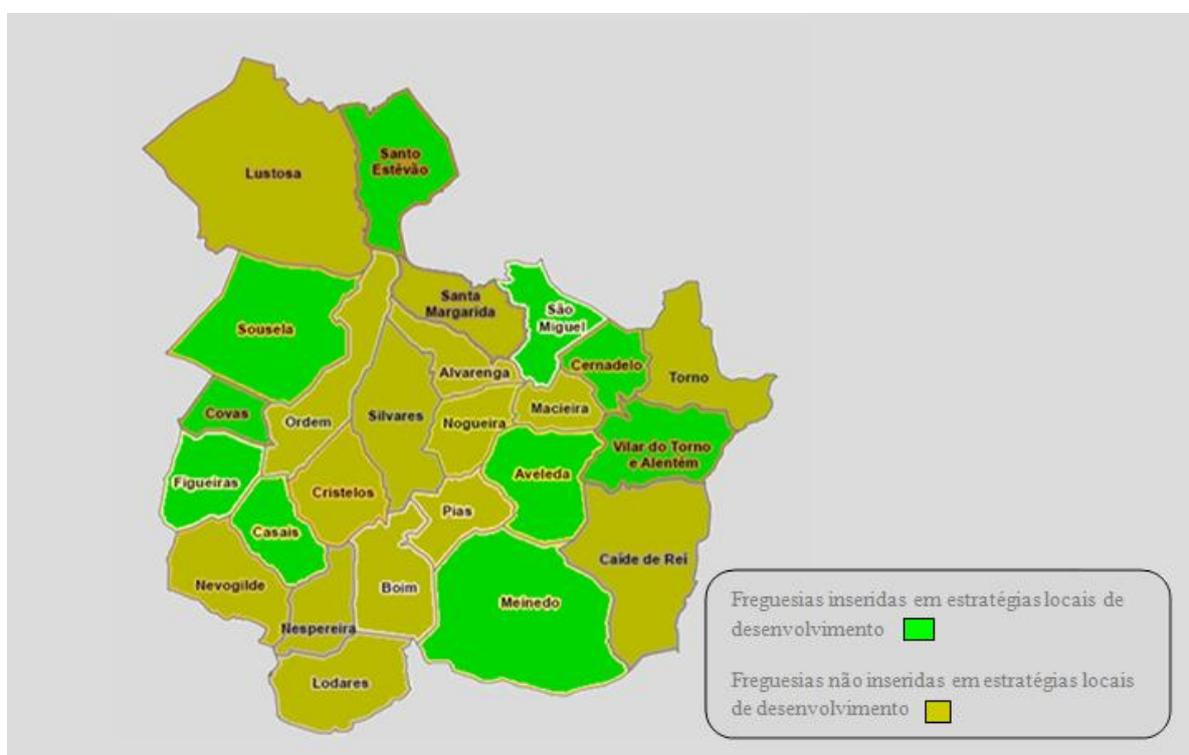


Figura 4 – Mapa de Lousada

2.2. Dinâmicas Territoriais desta Região

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) insere este território (sub-região do Tâmega) no “Arco Metropolitano do Porto”, onde o Porto emerge como capital e como núcleo de um novo modelo de ordenamento da conurbação do Norte Litoral.

No âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROTN) e com vista à constituição de uma unidade territorial de planeamento o Tâmega enquadra-se no espaço sub-regional “Arco Metropolitano”, que engloba as NUTS III do Grande Porto, Cávado, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga.

A organização e a estruturação territorial são fortemente marcadas pela proximidade ao Porto e respectiva área metropolitana; mas é um território heterogéneo, de transição entre a AMP e o interior da Região Norte, parte integrante da “Região Urbana Metropolitana”, parte integrante das “Áreas de Intermediação” (*Norte 2015 – Competitividade e Desenvolvimento, Uma Visão Estratégica*).

Um dos traços territoriais mais marcantes prende-se com a clara manifestação de processos difusos de urbanização: os principais centros urbanos, assim como outros espaços de especialização produtiva, organizam um território dinâmico, em transformação, mas cujos traços de ruralidade que também o caracterizam se vão mantendo.

Quanto à rede de acessibilidades encontra-se estruturada em torno de um corredor bimodal, orientado no sentido Este-Oeste, formado pela A4/IP4 e pela Linha do Douro. O eixo rodoviário é a principal via de comunicação inter-regional: a Oeste, permite a ligação ao Porto, respectiva área metropolitana e à Auto-Estrada do Norte; a Este possibilita a conexão ao interior Norte e à fronteira.

Para além deste corredor bimodal, importa relevar a A42/IC25 (ligação à A3, no nó de Ermesinde) e a A11/IP9 (ligação à A7/IC5, no sentido de Felgueiras), ambas conectadas à A4/IP4; a Linha do Tâmega efectua a conexão a Amarante, a partir da Linha do Douro.

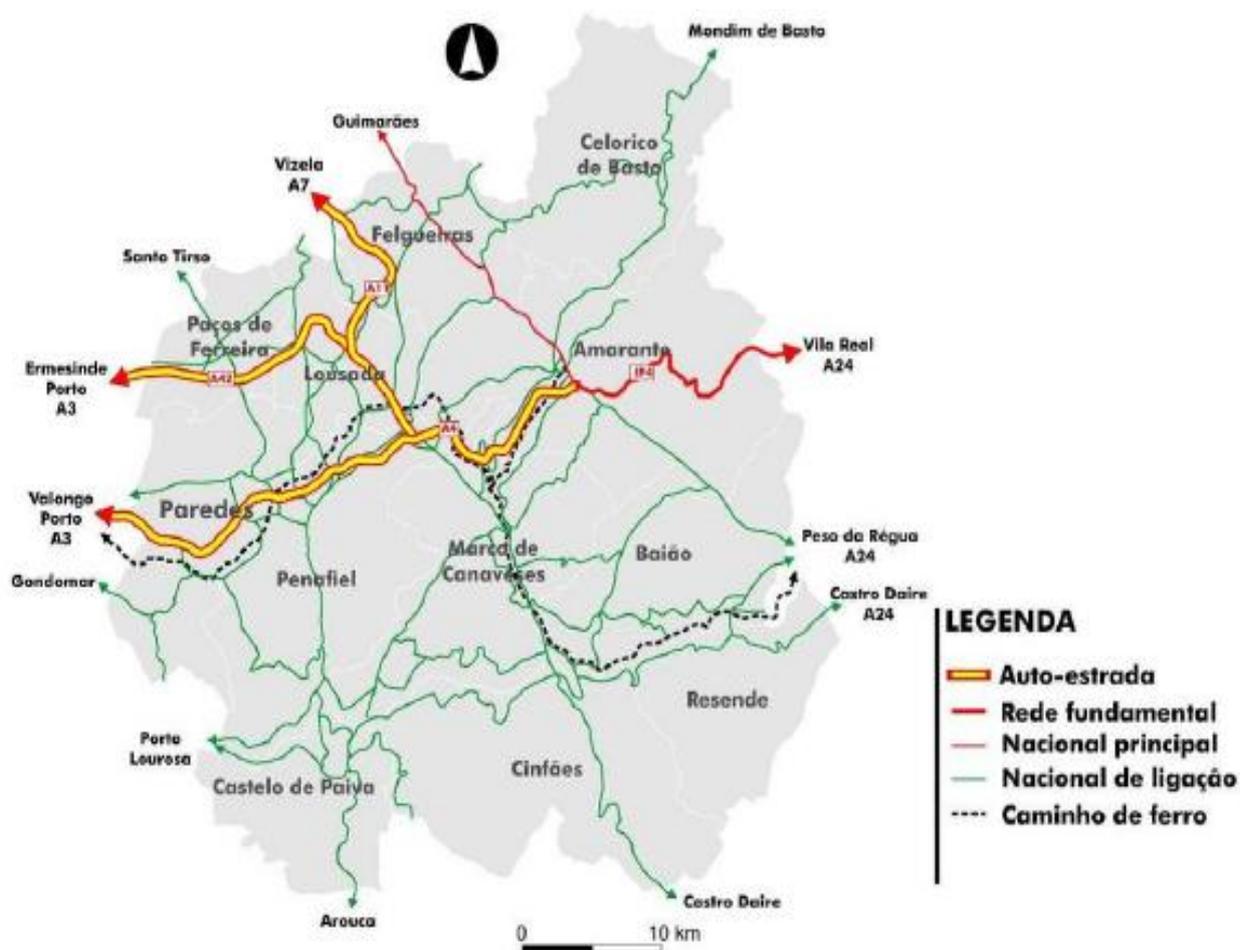
Com a melhoria das acessibilidades rodoviárias, a Linha do Douro tem vindo a perder a sua relevância na conexão do Tâmega com o exterior; não obstante, tem beneficiado/irá beneficiar, de diversas intervenções de modernização (electrificação e instalação de

sistemas de sinalização electrónica e de controlo da velocidade), que permitem que se mantenha como uma ligação complementar com o Porto (sentido Oeste) e com o interior do Norte (sentido Este).

No que se refere às ligações rodoviárias intra-regionais, após os investimentos realizados na requalificação das principais estradas regionais, durante os anteriores períodos de programação comunitária, os constrangimentos mais relevantes prendem-se com a conexão entre as sedes de concelho e as freguesias rurais, bem como de articulação entre a rede regional e a rede municipal estruturante.

A oferta de transportes públicos de passageiros em modo rodoviário à escala regional é suportada em serviços de carácter interurbano, operados por empresas com âmbito territorial limitado, resultando geralmente em dificuldades de articulação de horários e de coordenação de transbordos.

Não existe neste território, em qualquer dos municípios que o constituem, qualquer serviço de transporte urbano rodoviário de responsabilidade directa ou indirecta das autarquias.



2.3. Lousada em números

Tendências Demográficas

Em termos demográficos, o concelho de Lousada revela uma dinâmica de crescimento populacional superior à Região Norte marcado pela representatividade dos escalões etários mais jovens.

- ✓ 494,2 Habitantes por Km² (2007)
- ✓ 47 429 Habitantes residentes no Concelho (2007)
- ✓ Crescimento populacional de 5,6% (2001-2007)
- ✓ Um dos concelhos mais jovens da Europa
- ✓ Índice de envelhecimento de 51% no concelho, 96,4% no Norte e 113,6% no país (2007)

Lousada é um território marcado pelo crescimento populacional e pela existência de uma população jovem.

Em termos demográficos o concelho de Lousada regista uma evolução favorável do crescimento populacional comparativamente ao cômputo geral do País e Região Norte, verificando uma variação positiva da população residente de 5,6% no período 2001/2007. Tal indicador evidencia o dinamismo populacional da zona e as suas intensas capacidades de fazer face às tendências do relativo envelhecimento populacional e subsequentes necessidades em termos de protecção social.

Lousada é ainda considerada um dos concelhos mais jovens da Europa, apresentando uma grande vitalidade demográfica (com a grande expressão dos grupos etários mais jovens - a população com menos de 25 anos representa 35% do total). Paralelamente, o peso relativo da população idosa (+65 anos) é 10%, inferior às médias regional e nacional (15,0% e 17,3%,) respectivamente.

Apesar da população do concelho ser jovem, tem vindo a registar-se um envelhecimento relativo, o que evidencia o desenho de tendências de dependência de cuidados de saúde e de protecção social mais exigentes do ponto de vista da sua representação á escala de Lousada quando consideramos a distribuição da população

por grupos etários. A estrutura etária apresenta-se assim equilibrada face à média regional e nacional, com um menor envelhecimento.

O indicador mais simples e representativo do estado de envelhecimento e da tendência evolutiva é a taxa de natalidade com 10,9‰ em 2007, acima da média nacional (9,7‰) e regional (9,1‰).

Contexto Económico

Na região do Tâmega, Lousada é o concelho mais dinâmico no período 2001/2006 quanto à variação da população residente (variação positiva de 5,4%). Simultaneamente, é o concelho com maior expressão dos grupos etários mais jovens: a população com menos de 25 anos representa 35% do total. Refira-se que é o segundo concelho com maior peso do sector secundário no Tâmega (mais de 79%).

- ✓ Concelho com maior peso do sector secundário do Tâmega (mais de 79%), (2004)
- ✓ 3.710 Empresas das quais 919 são sociedades com sede no concelho (2006)
- ✓ PIB per capita inferior à média do país (2005)
- ✓ Índice do poder de compra concelhio (0,26%), (2005)

Lousada é essencialmente um espaço industrial, ainda que o padrão territorial difuso, apresenta cenários e paisagens marcados pela ruralidade.

Pela disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata, sem qualificações elevadas e pela proximidade à AMP, cada vez melhor servida pela rede de transportes rápidos, foi atraindo muitos investimentos industriais, sobretudo a partir dos anos oitenta, e com maior intensidade depois da entrada de Portugal na CEE.

De acordo com dados de 2001 (Anuário Estatístico da Região do Norte 2002, INE 2003), constata-se que funcionam no concelho 3.710 empresas, das quais 919 são sociedades com sede no concelho, destacando-se a importância da posição relativa das sociedades ligadas à Indústria Transformadora (34.8% do total de sociedades sedeadas no concelho), valor bastante acima da média nacional (14.1%) e mesmo da região do Tâmega (28.7%). O sector predominante é o sector terciário, que abarca 63.5% das empresas sedeadas no concelho.

As sociedades com actividade na Construção (23.4%) e no Comércio por grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e Bens de Uso Pessoal e Doméstico (23.4%), também assumem um valor significativo. Estas áreas de actividade económica abrangem assim, em conjunto, 81.6% do total de sociedades sedeadas no concelho.

Em 2006, 59% das empresas existentes no concelho eram empresas do sector terciário, seguidas por 38% do sector secundário e apenas 2% do primário.

No que diz respeito aos empregados nessas empresas o cenário já não é o mesmo. É o sector secundário que emprega mais pessoas (79%), estando acima da média nacional, seguido do terciário com 20% e posteriormente o primário com apenas 0,5% de empregos. No mesmo ano apenas tinham sido dissolvidas 2,1% de empresas.

No entanto, é de referir, segundo o Estudo *“O impacto do (des) emprego na pobreza e exclusão social na sub-região Porto - Tâmega – pistas de acção estratégicas”* que ainda persistem situações de trabalho domiciliário, nomeadamente em freguesias mais rurais e no tocante a mulheres. Os biscates assumem também importância, designadamente em determinadas áreas da construção civil e a presença de manifestações de economia subterrânea que contraditoriamente têm vindo a ditar um modelo de desenvolvimento desarticulado e muitas vezes desfasado da realidade, tem servido de válvula de escape a determinadas situações de pobreza e de exclusão. Aliás, muitas das inércias e formas reiteradas de assistencialismo têm derivado da existência de um suporte local ainda que precário de integração social e económica.

É ainda de salientar que o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem no concelho é muito díspar face à Região Norte e Portugal.

Quanto ao PIB per capita tem sido sempre inferior relativamente à média do país, verificando-se também uma produtividade do trabalho muito inferior face às médias regional e nacional. Este deficit de produtividade, associado ao dinamismo demográfico e ao baixo nível de qualificação dos trabalhadores mostra como são urgentes medidas de inversão das tendências.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, ainda que apresentando algumas variações internas, encontrava-se, em 2003, abaixo da média da Região Norte, a qual por seu turno é consideravelmente inferior à média nacional.

O índice do poder de compra concelhio (0,26%), medido em percentagem da média nacional, reflecte também a degradação do nível de vida das famílias, decorrente da

fragilidade da base económica, sendo uma característica comum nos concelhos do Tâmega.

Em síntese, é de salientar a fragilidade da base económica que, apesar de possuir potencialidades relevantes na indústria transformadora, não consegue uma boa inserção nas cadeias globais de valor. Com efeito, não se tem conseguido fixar o valor acrescentado ali gerado, nem avançado para actividades de maior valor acrescentado. Assim se explica o crescente desemprego e sub-emprego e outras formas de exclusão que tem vindo a emergir e crescer.

Mercado de Trabalho e Desemprego

Lousada apresenta uma redução significativa do desemprego -28% segundo o estudo “*Nas Margens do Tâmega, mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interações e intervenções*” devido á redução do desemprego jovem e do desemprego de longa duração.

- ✓ 1 415 Desempregados (2008)
- ✓ Taxa de crescimento do desemprego de 17,5% (2007-2008)
- ✓ 70% Dos desempregados são muito desqualificados (2008)
- ✓ 79% Da população trabalha no sector secundário (2004)

A estrutura do desemprego é liderada pelo grupo etário dos 35- 54 anos representando 42,9% do desemprego registado. A taxa de actividade é superior nos homens, tal como a taxa de desemprego que é superior nas mulheres, reflexo da fragilidade do mercado de trabalho da área, com níveis de qualificação inferiores para as mulheres.

A estrutura de qualificações é marcada pela representatividade dos muito desqualificados (igual ou inferior ao 6º ano de escolaridade) que apesar da sua diminuição mantém valores críticos aproximadamente 70%. Em todos os outros níveis verifica-se um aumento do desemprego. Em 2001, a taxa de desemprego, encontrava-se abaixo das médias regional e nacional mas o aumento substancial do desemprego nos últimos cinco anos é visível no número de beneficiários com subsídio de desemprego por 1.000 habitantes.

O Norte é, antes de mais, a região portuguesa onde esse indicador apresenta valores mais elevados, traduzindo a profunda crise que afecta a sua base económica. No Tâmega, por seu turno, são os concelhos mais Industrializados como Lousada onde se verificam valores mais elevados, registando-se valores superiores à média nacional (48%).

Lousada é um concelho classificado como fortemente industrializado onde o sector secundário ocupa a primeira posição com 79% do pessoal ao serviço deste sector em 2004. Esta situação deveu-se a grandes investimentos desde os anos oitenta em unidades fabris de sectores intensivos em mão-de-obra, na maior parte dos casos de grandes multinacionais que entretanto deslocalizaram as suas fábricas para o estrangeiro; o encerramento destas e outras unidades subsidiárias, nos últimos anos, levou a uma redução do emprego e ao aumento do desemprego.

Tomando em consideração os vários indicadores, é possível inferir que o mercado de trabalho atravessa uma profunda crise: o emprego tem vindo a diminuir, as qualificações escolares dos trabalhadores são muito deficitárias, as actividades dominantes são de carácter intensivo em mão-de-obra e tradicionais, sem grandes avanços tecnológicos nem actividades intensivas em saber ou nas tecnologias de informação e comunicação.

Educação

Podemos dizer que os últimos censos de 2001 davam conta que no concelho de Lousada o abandono escolar da população entre os 10 e os 15 anos subia até aos 8%, quando a média nacional para essa faixa etária era de 2,7%. Hoje podemos dizer que taxa de abandono escolar no ano lectivo de 2007/08 foi de 0,06%.

- ✓ 70 Estabelecimentos de ensino públicos
- ✓ 8.501 Estudantes no ensino público
- ✓ Taxa de abandono escolar no ano lectivo de 2007/08 foi de 0,06%
- ✓ 406 Alunos em percursos alternativos

No ano lectivo de 2008/2009 foram contabilizados no concelho 70 estabelecimentos de ensino públicos e reuniam aproximadamente 8.501 estudantes, o que corresponde a quase a 18% da população concelhia, distribuídos por um espectro escolar que vai desde o Ensino Pré-escolar até ao Ensino Secundário.

Analisando os alunos matriculados segundo o nível de escolaridade, constata-se que o ensino básico detém o maior número de alunos (5918). Deste é o 1º ciclo que abarca o maior contingente de alunos 2714 (32% do total de alunos), seguindo-se 1839 (21,6%) no 3º ciclo e 1.365 (16%) no 2º ciclo. O ensino secundário com 1099 alunos matriculados (13%) é o segundo mais representado, e, por último, o ensino pré-escolar com 1.078 alunos (12,6%).

È ainda de salientar 406 alunos a frequentar percursos alternativos, estando distribuídos por CEF's (185 alunos), PCA (122 alunos), PIEF (10 alunos) e CEJ's (89 alunos). Em termos de pessoal docente, o ensino básico concentra em si o maior número de profissionais.

No ano transacto, 2007/2008, tal como aconteceu com o abandono escolar, o insucesso diminuiu consideravelmente. Temos uma taxa concelhia de 18,3% no ensino secundário, 10,5% no 3º ciclo, no 2º ciclo 7,2% e no 1º ciclo 4,2%. O concelho de Lousada está assim, meramente acima da média nacional no 1º ciclo, com uma diferença de 0,3%.

Relativamente ao nível de instrução da população residente no Concelho de Lousada, e em comparação com o país, observam-se duas situações distintas:

- A percentagem de indivíduos em Lousada que possui níveis de ensino até ao 3º ciclo (88%) é superior à percentagem nacional (70.8%);
- A percentagem dos indivíduos detentores de “níveis de escolaridade europeus” (9 ou + anos de escolaridade) em Lousada é de 10% e inferior à registada a nível nacional 27.3%.

Esta inferioridade em relação aos “níveis de instrução europeus” da população residente no país é sobretudo devido ao abandono escolar muito precoce. A situação ganha contornos ainda mais negativos se analisarmos o défice nas qualificações, já que temos um mercado de trabalho cada vez mais exigente e em constante mutação. É de salientar ainda que as regiões do Tâmega e do Norte do País registam dados idênticos aos do concelho: valores superiores até ao 3º ciclo e inferiores no ensino considerado de nível europeu.

Em 2001, o concelho de Lousada registava uma taxa de analfabetismo de 8.5%, um decréscimo de 2.1% face à década anterior. Contabilizam-se 3.206 analfabetos com 10 ou mais anos, sendo maioritariamente do sexo feminino (2.115).

Fazendo uma análise comparativa com os demais concelhos do Tâmega, observa-se que Lousada detinha, em 2001, uma das taxas mais baixas no que se refere ao analfabetismo (8.5%), apenas superado pelos concelhos de Paços de Ferreira e Paredes (6.3% e 6.9% respectivamente). No que diz respeito ao nível de instrução da população no concelho e no Tâmega, verifica-se que Lousada apresentava valores inferiores nos seguintes níveis de ensino - sem nível de ensino, ensino secundário e ensino médio. Quanto aos níveis de instrução - ensino básico (1º, 2º, 3º ciclos) e mesmo ensino superior, há registos de valores superiores no concelho.

O concelho de Lousada no ano lectivo de 2004/2005 detinha uma taxa de 12,2% de retenção e desistência no ensino básico regular. Tal percentagem não se distancia muito da taxa continental apenas 0,7%.

Se compararmos o ano lectivo de 2003/2004 com o ano lectivo de 2004/2005 reparamos que existiu um aumento de apenas 0,2% no Concelho de Lousada o que, mesmo assim, vai contra o decréscimo existente desta mesma taxa no Tâmega.

No Tâmega, 80% dos alunos de educação pré-escolar estão matriculados em estabelecimentos públicos e estes estabelecimentos representam 89,5% neste território.

Se compararmos Lousada com o Tâmega, no ano de 2004/2005 verificamos que este concelho está muito perto da média deste território, já que 73% dos alunos estão matriculados no pré-escolar público e estes estabelecimentos representam 89% do pré-escolar no concelho. Assim sendo, apenas 27% dos alunos não estão matriculados no pré-escolar público, existindo somente 4 estabelecimentos onde existe pré-escolar no privado.

Tal como acontece a nível nacional, no concelho de Lousada, em 2004/2005, 93% dos alunos do 1º ciclo estão matriculados no ensino público (2.844) e apenas 7% no ensino privado. A percentagem de alunos no ensino privado decresce aquando do aumento da escolaridade. Assim, no 2º ciclo, no ano lectivo de 2004/2005, existiam apenas 3% dos alunos no ensino privado. No entanto, estas percentagens alteraram-se, já que, as candidaturas aos CEF's por parte de entidades privadas, nomeadamente o Externato N. Sr.^a do Carmo, fizeram com que alguns alunos que estavam no ensino público se matriculassem nesses cursos.

Protecção Social

Neste tema dois indicadores são particularmente relevantes para retratar a situação do concelho ao nível da inclusão social: os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) e o subsídio de doença.

- ✓ 4710 Habitantes com + 65 anos
- ✓ 7909 Reformados/Pensionistas (2008)
- ✓ 711 Agregados beneficiários do RSI no concelho, perfazendo 1771 indivíduos (2008)
- ✓ 20,3% Da população do concelho com +65 anos é abrangida pelo Complemento Solidário para Idosos

Lousada apresenta um total de 7 909 Reformados/Pensionistas (2008). Destes, 6 830 Reformados/Pensionistas são abrangidos pelo Regime Geral, 774 pelo regime Rural Regulamentar, 6 regime Rural Transitório e 299 pelo regime Pensão Social.

O sexo feminino é o mais representativo com 56,9%.

Relativamente ao tipo de reforma temos em primeiro lugar com 57,2% a reforma por velhice, de seguida com 26,6% a reforma por sobrevivência e por fim, com 16,2% a reforma por invalidez.

Um dado também importante avançado pelo estudo Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade 2007-2010 é que Lousada ao nível da NUT III Tâmega “é um dos seis maiores concelhos recebedores de subsídio de doença o que sugere que se tratam, seguramente, de situações de desemprego camuflado”.

Relativamente aos beneficiários do RSI por 1.000 habitantes eram, no Tâmega (NUTS III), 32,2‰ em 2005, valor superior às médias nacional (19,1‰) e regional (7,2‰), cenário que permanece.

No ano de 2008 foram negociados e acordados um total de 711 Acordos de Inserção, este número equivale a 1771 beneficiários abrangidos. Destes 1024 são do sexo feminino e 758 do sexo masculino. O grupo de idades mais abrangido é o dos 0/18 anos com 40%, depois a faixa dos 19/54 anos com 45% e por fim, a faixa dos 55 anos e mais com 15%. Quanto ao número de agregados familiares beneficiários do RSI em Dezembro de 2008 era de 755.

Relativamente ao Complemento Solidário para Idosos (CSI) no concelho de Lousada com uma População residente de 4710 com mais de 65 anos, verificou-se uma taxa de abrangência de 20,3%, ou seja, 956 requerimentos deferidos, ultrapassando assim a taxa de abrangência a nível nacional (10,2%) e a nível do distrito do Porto no mesmo período.

Com estes resultados superou-se também a meta fixada para o ano de 2009 para o distrito do Porto (10,6%), em que se pretende atingir 12,6% para cumprir uma Boa Taxa de Abrangência e 14,09% para uma Muito Boa Taxa de Abrangência.

Embora estes indicadores traduzam situações críticas ao nível dos indivíduos e das famílias, o diagnóstico da situação da inclusão social implica ainda a análise da prestação de serviços de carácter social.

Equipamentos e Respostas Sociais

O Indicador Compósito de Cobertura e Utilização (ICCU), desenvolvido pelo sector da Segurança Social, compara a taxa de cobertura dos equipamentos com a respectiva taxa de utilização.

- ✓ 10 Instituições Particulares de Solidariedade Social
- ✓ 1178 Utentes
- ✓ 49,7% Taxa de cobertura de creches em 2007
- ✓ 10,7% Taxa de cobertura de centros de dia em 2007
- ✓ 58,0% Taxa de cobertura de Lar de Idosos em 2007
- ✓ 43,0% Taxa de cobertura de Serviço de apoio Domiciliário em 2007

Em Lousada existem apenas 10 Instituições Particulares de Solidariedade Social distribuídas pelas freguesias de Silvares, Macieira, Cristelos, Caíde-de-Rei, Lustosa, Sousela, Nespereira e Meinedo.

As suas áreas de intervenção passam pela Infância e Juventude, População Adulta e Família e Comunidade abrangendo 1 178 utentes com as seguintes respostas sociais:

- Creche, CAT, (Infância e Juventude);

- Serviço de Apoio Domiciliário para idosos, Centro de Dia, Lar de Idosos, Apoio Domiciliário Integrado, Residências Comunitárias e Centro de Convívio (População Adulta);
- Centro Comunitário (Família e Comunidade).

Porém, existem ainda respostas da Segurança Social que passam pelas Amas, Famílias de acolhimento a crianças e jovens e Famílias de acolhimento a Idosos e adultos dependentes. Quanto a estas respostas contabilizam 112 utentes:

Amas – 56 crianças

Famílias de Acolhimento – 31 crianças e jovens

Famílias de acolhimento – 25 Idosos

Relativamente ao ICCU dos equipamentos sociais no concelho para os diferentes serviços, verifica-se que não há creches suficientes no concelho para atingir o ICCU do Continente, no caso, de 33,8; e as carências ao nível dos Centros de Dia também são muito grandes, assim como, serviços complementares de Apoio Domiciliário e Lares de Idosos que apresentam um ICCU abaixo da média nacional. Quanto aos equipamentos sociais para a população deficiente, estes são simplesmente inexistentes, obrigando esta população a deslocar-se para as respostas nos concelhos vizinhos.

Crianças e Jovens em Risco

Tal como acontece a nível nacional, também em Lousada não temos um número certo das crianças e jovens em situação de risco, já que, estão sempre a surgir denúncias de novos casos.

No ano de 2008 foram acompanhados 303 processos na CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lousada e 86 no âmbito da EMAT - Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais do Centro Distrital do Porto. Dos processos da CPCJ foram arquivados 169.

A percentagem maior de sinalizações é proveniente de vizinhos e particulares, seguido das escolas e autarquia. Essas denúncias chegam, na sua maioria, por escrito.

Estes processos estão divididos pelas várias freguesias do concelho, mas concentram-se em grande percentagem nas freguesias de Meinedo, Cristelos e Lustosa.

Tal como a nível nacional, a problemática existente com maior percentagem na CPCJ é a negligência familiar. A diferença entre sexo no que se refere à problemática pela qual

foram sinalizados também não é relevante, sendo que as percentagens são parecidas quer nos rapazes quer nas raparigas.

Em relação aos processos da EMAT, a problemática mais relevante é tal como na CPCJ a negligência seguida pelos maus-tratos psicológicos.

São crianças e jovens que na sua maioria frequentam o ensino regular, oriundas de famílias com baixas competências parentais, o que justifica, muitas das vezes, o elevado número de crianças sinalizadas como vítimas de negligência familiar.

São provenientes de famílias numerosas, já que, na sua maioria são agregados com 5 a 7 elementos. Destas, 60.72% são famílias nucleares, já que, apenas 3,3% destas crianças vive com outros familiares, 22.44% são famílias monoparentais femininas, 1,9% são monoparentais masculinas, 2,3% das crianças vivem em famílias de acolhimento, 8,2% vive em famílias com mais de um núcleo.

As crianças integradas na CPCJ e na EMAT cresceram, e continuam a crescer, inseridas em contextos populares de meio rural, no seio de famílias desfavorecidas tanto em termos de capitais escolares, como em termos de ocupações profissionais dos progenitores.

Pais e mães possuem habilitações literárias muito reduzidas, tendo a maioria frequentado o primeiro ciclo e existindo uma percentagem considerável que não detém qualquer grau de instrução. Assim, o contacto que estas famílias tiveram com a escola foi reduzido ou mesmo inexistente.

As suas ocupações profissionais desqualificadas, manuais e mal remuneradas reflectem este baixo nível escolar e sugerem cenários quotidianos de alguma vulnerabilidade.

Entre os pais destas crianças encontramos as ocupações de operários da construção, cantoneiro, electricistas e bastantes desempregados.

No que concerne às mães, são na sua maioria empregadas fabris, ocupando-se, uma grande percentagem, exclusivamente do trabalho doméstico, estando uma parte considerável a receber o rendimento social de inserção.

Apesar da infância ser considerada principalmente como um período de brincadeira, de alegria e sonho, este mesmo período é muitas vezes, e para algumas crianças, uma etapa de ausências ou crises nas relações com a família. Os problemas das crianças são, essencialmente problemas de relação.

Aspectos negativos como o alcoolismo, a violência, mesmo que psicológica, deixam, individualmente, feridas profundas que se podem traduzir no próprio ideal de vida que

projecta para o seu futuro. Nesta CPCJ existem 48 crianças das quais os pais são alcoólicos, 34 que os pais têm uma doença mental e 18 que os pais são toxicodependentes. Salienta-se ainda que 214 crianças e jovens tinham pais negligentes e que, portanto, o ambiente familiar não era o mais propício.

A medida mais aplicada na CPCJ para combater todas estas problemáticas foi, na sua grande maioria, 81,8%, apoio junto dos pais, seguida, com 5,6% com a medida de apoio junto de outro familiar. No que refere a EMAT a medida mais aplicado é, igualmente, o apoio junto dos pais, seguida pelo apoio junto de outros familiares e o acolhimento institucional.

Habitação Social

Quadro de condições de habitabilidade marcado pela estabilidade com a presença de algumas situações de sobrelotação a merecer atenção.

- ✓ 4 Empreendimentos Sociais
- ✓ 294 Fogos
- ✓ 52 Vagos

Considerando que o alojamento traduz de forma relevante algumas das características mais importantes das condições de vida de uma população, é de salientar que a população lousadense apresenta valores residuais no tocante à residência em alojamentos não clássicos, isto é, barracas, casas abarracadas, ruínas, etc. Tal equivale a dizer que este é um quadro de habitação estabilizado na medida em que as vulnerabilidades e precariedades inerentes aos alojamentos não clássicos não se fazem sentir de forma particular neste contexto. Talvez esta situação decorra da ainda proeminência de um certo contexto de ruralidade marcado por redes de sociabilidade próximas e de entajuda intensas. No tocante aos alojamentos sobrelotados, o concelho já não apresenta um panorama tão favorável, apresentando valores superiores à Região Norte e a Portugal.

Assim, fazendo uma análise à realidade actual, verificamos que os quatro Empreendimentos Sociais distribuem-se pelas freguesias de Lustosa, Meinedo, Cernadelo e Cristelos.

Quanto ao Empreendimento Social de Lustosa é constituído por 40 fogos estando neste momento 7 vagos; relativamente ao empreendimento Social de Meinedo é composto por 35 fogos estando 13 vagos, por fim, o Empreendimento de Cernadelo é constituído por 18 fogos, sendo que 8 estão vagos.

Além destes empreendimentos da autarquia existe ainda, o Bairro Social Dr. Abílio Alves Moreira situado na freguesia de Cristelos sob a alçada do IHRU- Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Este bairro foi construído no ano de 1982, com um total de 251 fracções, das quais 218 eram habitacionais e 33 eram não habitacionais.

Em regime de arrendamento este Bairro era constituído por 195 fogos. No que concerne ao regime de propriedade resolúvel, o Bairro era constituído por 23 fogos. Actualmente, existem 199 fogos habitacionais e 24 encontram-se vagos.

Numa primeira fase do realojamento das populações no bairro, as pessoas candidatas inscrevem-se na Câmara Municipal, excepto os habitantes da freguesia de Cristelos que está a cargo da Associação “Ao Encontro das Raízes”. Após a inscrição, a autarquia envia os boletins de candidatura para os serviços do IHRU, este processo de estudo e de decisão demora cerca de seis meses e é decidido pelo Conselho Directivo do Instituto. Cabe a este organismo a tarefa de estudar os casos e de dar uma resposta favorável ou não à autarquia e esta, por sua vez, informa o requerente, ou seja, a Câmara apenas propõe, cabe ao IHRU decidir. O IHRU no que concerne à admissão das pessoas nos bairros dá prevalência a situações que possuam uma vertente de risco.

Deficiência

Os números sobre a deficiência têm suscitado opiniões diversas e de acordo com alguns especialistas e associações, a informação obtida não espelha com rigor o número das pessoas com deficiência.

- ✓ 2% da População Total
- ✓ São múltiplas as causas da deficiência
- ✓ Acidentes de trabalho, principal causa da deficiência da população adulta
- ✓ A incidência da deficiência é superior entre os homens
- ✓ A partir dos 65 anos a maior percentagem incide no sexo feminino

Segundo o estudo “Análise da deficiência no concelho de Lousada” residem no Concelho de Lousada seiscentas e quarenta e oito pessoas (2% da população total), com algum tipo de deficiência ou incapacidade, de pessoas com algum tipo de deficiência, particularmente em idades adultas avançadas, já que parte das incapacidades e deficiências são adquiridas ao longo da vida e os progressos ao nível da detecção e intervenção precoce tendem a condicionar a diminuição dos nascimentos de crianças com deficiências congénitas. A incidência da deficiência é superior entre os homens, apesar de a partir dos 65 anos a maior percentagem incidir no sexo feminino.

As pessoas com deficiência no Concelho, e como no resto do país, encontram-se entre as mais pobres das pobres, e entre as mais marginalizadas das marginalizadas. À semelhança da generalidade da população portuguesa, os adultos com deficiências ou incapacidades apresentam, em média, baixos níveis de escolaridade, que é frágil ou inexistente a formação profissional/emprego protegido. São, em maioria, pessoas economicamente inactivas e apenas uma pequena percentagem possui uma actividade económica. O principal meio de vida das pessoas com deficiência ou incapacidade com mais de 15 anos é a pensão/reforma.

Pode-se evidenciar uma correlação positiva entre as variáveis taxa de incidência da deficiência e a idade, uma vez que, à medida que a idade avança é notório o agravamento da taxa de incidência de todos os tipos de deficiência, exceptuando a paralisia cerebral. Os tipos de deficiência que mais contribuem para o aumento da taxa de incidência nas idades mais elevadas são a deficiência visual, a auditiva, a motora e outras.

Assim, nas suas origens estão: doença comum, doença profissional, acidente de trabalho, acidente doméstico, acidente de trânsito, outros acidentes, guerra, senilidade, parto, gravidez, hereditariedade e outras origens. Verificou-se que as causas que podem originar uma deficiência são bastante heterogéneas. Os acidentes de trabalho, são assinalados como a principal causa da deficiência da população adulta, (25-35 anos), predominantemente do sexo masculino.

Violência Doméstica

As situações de violência doméstica têm vindo a tomar algum relevo, sobretudo porque estruturas como a CPCJ têm vindo a actuar no terreno e a tornar mais visíveis estes problemas (Rede Social de Lousada/ Câmara Municipal de Lousada/Segurança Social). Aliás, existe um núcleo duro de pessoas que estão sinalizadas em todos os sectores da intervenção social e que acumulam todo um conjunto de *handicaps* e problemas. Esta informação ainda não foi sistematizada, e dado o seu carácter dinâmico e secreto torna-se difícil a reunião desta informação de forma organizada.

Dependências

No tocante às dependências, o alcoolismo assume um maior relevo em detrimento da toxicodependência na medida em que existe uma tolerância cultural face ao consumo de álcool. O álcool é fortemente valorizado em contextos de convivialidade e o seu consumo excessivo é objecto de encobrimento social. A toxicodependência está presente nos meios rurais e urbanos, pese embora seja mais visível nestes últimos. O consumo de drogas leves assume para muitos jovens um carácter de verdadeira modernidade, equivalendo a tudo quanto os modos de vida dos grandes centros urbanos têm de libertador e de positivo (Serviço Local de Acção Social Lousada). O IDT em colaboração com a Rede Social elaborou já o Diagnostico Territorial bem como o Plano de Respostas Integradas para este concelho, tendo este ano iniciado a sua intervenção.

Criminalidade

Considerando os contextos de marginalidade e de desvio sociais, verifica-se que o comportamento da taxa de criminalidade em Lousada apresenta valores inferiores à média nacional e regional, fazendo antever um contexto social marcado por relações securitárias em termos de vida social (Ministério da Justiça, 2004).

Saúde

Em Lousada o número de médicos por 1.000 habitantes, em 2007, correspondente a 0,6‰, não só não atinge as médias do Norte 3,3‰ como a do Continente 3,6‰. Por seu turno, o número de Enfermeiros por 1.000 habitantes é de 1,5‰, em oposição às médias regional de 4,8‰ e Continente de 5,0‰. Quanto ao número de estabelecimentos de saúde, Lousada conta com 1 centro de saúde e 3 extensões (Lustosa, Meinedo e Caíde-de-Rei). Relativamente ao número de farmácias contabiliza 8 estabelecimentos em todo o concelho. (INE 2007)

Actualmente não nos é possível atribuir mais dados relativamente à saúde concelhia uma vez que a mesma está em fase de grande reestruturação. A Saúde, tendo por base a NUT III, será reorganizada através de Agrupamento supra concelhio, designado por Agrupamento de Saúde do Tâmega III - Vale do Sousa Sul, constituído pelos centros de saúde de Lousada, Felgueiras e Paços de Ferreira, com a Sede no concelho de Lousada.

QUADRO SÍNTESE

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Lousada
Demografia	Índice de dependência total (2007)	48,5	45,8	44,8
	Taxa de variação da população residente 1991-2001 (2001)	5,0	6,2	17,0
	Taxa de variação da população residente 2001-2006 (2006)	2,3	1,5	5,4
	Estrutura etária da população (%) (2006):	15,5 11,9 55,4 17,3	16,1 12,9 55,9 15,0	0-14: 20,5 15-24: 14,6 25-64: 55,0 + 65:10,0
	Índice de envelhecimento (2007)	113,6	96,4	51,0
Habitação	Proporção de Pessoas residentes em alojamentos não clássicos (2001)	0,7	0,5	0,1
	% de alojamentos sobrelotados (2001)	16	19	23
Protecção Social	% de beneficiários de RSI (2005)	1,9	1,9	2,1
	% de beneficiários de RSI (2006)	3,2	4,3	5,6
	Taxa de cobertura equipamento de apoio a idosos – apoio domiciliário (2007)	5,3 (continente)	3,8 (distrito do Porto)	2,3
	Taxa de cobertura equipamento de apoio a idosos – lares e residências (2007)	8,9 (continente)	6,5 (distrito do Porto)	5,2
	Taxa de cobertura equipamento de apoio a idosos – centro de dia (2007)	10,1 (continente)	6,9 (distrito do Porto)	1,1

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Lousada
	Peso de pensionistas face á população empregada (2001)	45,0	40,3	24,2
Estruturas Familiares	Peso das famílias numerosas, face á população residente (2001)	9,5	12,2	17,1
	Peso de idosos em famílias de 1 pessoa face às famílias clássicas (2001)	22,2	18,2	11,6
	Peso das famílias mono parentais face às famílias clássicas (2001)	4,9	4,6	3,6
	Peso das famílias de avós com netos face às famílias clássicas (2001)	0,38	0,35	
	Taxa de cobertura de creches (2007)	33,8 (continente)	22,7 (distrito do Porto)	
Marginalidade e desvio	Taxa total de criminalidade por mil habitantes (2005)	37,3	31,2	
	Percentagem de estrangeiros na população residente (2001)	2,2	0,9	
	Proporção da população com deficiência na população residente (2001)	6,1	5,9	
Rendimentos	IRS per capita euros (2005)	51,37	38,91	
	Valor médio anual das pensões por pensionistas em euros (2006)	4 011	3 782	
	Poder de compra per capita (2005)	100	30,2	0,26

Legenda: Comparação com Portugal e região Norte

Melhor 
Similar 
Pior 
Muito Pior 

III – DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO



Da análise da dinâmica territorial foram identificadas quatro áreas de excelência das quais se procedeu à identificação dos seus pontos fortes e à perspectivação de um cenário de excelência:

Área: PRODUTOS ENDÓGENOS

Pontos Fortes: Existência de dinâmicas territoriais que promovem e comercializam os produtos locais nomeadamente: Rota do Românico, Rota Gourmet e Cabaz PROVE

Cenário: Certificação dos produtos; Introdução da agricultura biológica; Organização de formas de cooperação com parceiros e alargar a rede de distribuição a nível nacional; Promoção de formação na área.

Área: EDUCAÇÃO COMO NOVO PARADIGMA DE REINDUSTRIALIZAÇÃO

Pontos Fortes: Existência de percursos alternativos que dão resposta à quase totalidade das necessidades da população em idade escolar; Articulação/Concertação entre as Escolas, Entidades Formativas, IEFP e a Rede Social.

Cenário: Articulação entre as necessidades de empregabilidade e as ofertas formativas; Captar investimento ao nível das novas tecnologias e ambiente e adequar a formação a essas áreas; qualificar as escolas.

Área: DESPORTO - NOVA DINAMICA DE EMPREGABILIDADE

Pontos Fortes: Complexo desportivo com oferta a competições de âmbito internacional, constituído por um conjunto de infra-estruturas e rede de equipamentos que representam uma aposta decisiva na promoção e desenvolvimento do desporto e da actividade física, com óbvias repercussões nos mais diversos âmbitos.

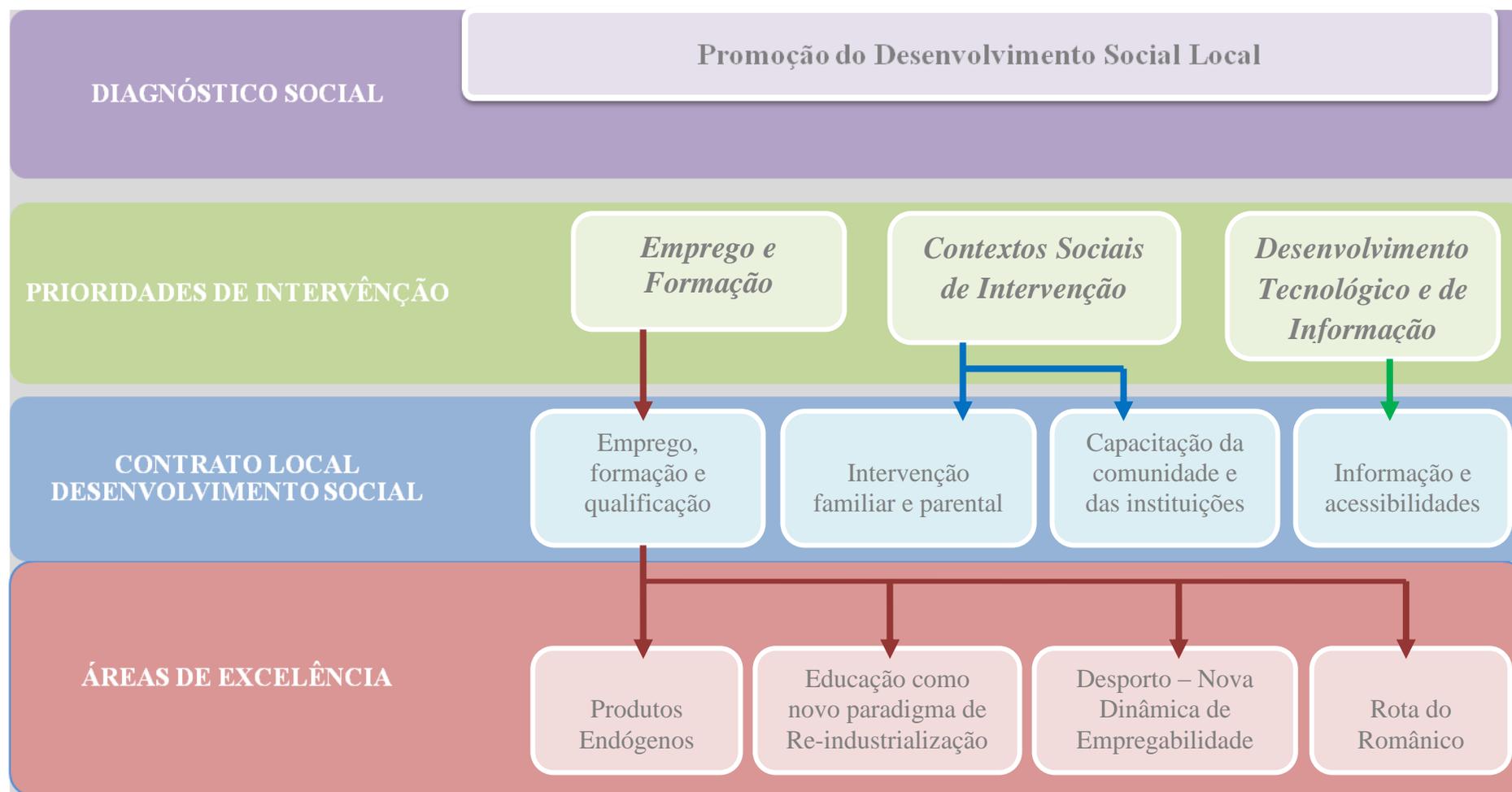
Cenário: Parceria com as Entidades Sociais para garantir oportunidades diferenciadas ao nível da empregabilidade; Captar investimento privado para a construção de um hotel como suporte logístico ao complexo desportivo.

Área: ROTA DO ROMÂNICO

Pontos Fortes: Possui um importante e valioso património constituído por edifícios românicos. Estes são parte integrante da memória colectiva e representam um potencial de qualificação cultural e turística do território. É constituído por 19 imóveis, que foram alvo de processos de inventariação e orçamentação, com vista à recuperação, beneficiação e criação de condições de visitabilidade aos imóveis e a implementação de um itinerário de visita integrado para a valorização cultural e divulgação turística.

Cenário: Desenvolvimento sustentado da sub-região do Vale do Sousa. Promoção do ordenamento do território através da valorização do património, criar um novo sector produtivo capaz de gerar riqueza, mudar a imagem interna e externa do Vale do Sousa, qualificar os recursos humanos da região e garantir empregabilidade qualificada.

IV – QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A ACÇÃO LOCAL



Diagnosticaram-se portanto três áreas de prioridades, que se concretizam em prioridades específicas, enunciando de forma mais fina as acções mais relevantes.

<i>Áreas de Intervenção</i>	<i>Prioridades de Intervenção</i>
<i>Emprego e Formação</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Alargar espaços de apoio à empregabilidade nos domínios: da inserção no mercado de trabalho; criação do próprio emprego; apoio aos empresários e formação profissional • Solidificar o processo de articulação das várias ofertas formativas no concelho • Elaborar estudos prospectivos no âmbito do emprego e formação, considerando os novos empreendimentos • Dinamizar novas áreas de mercado reinventando tradições e impulsionando novos domínios como: novas tecnologias, energias renováveis e turismo
<i>Contextos Sociais de Intervenção</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um CAFAP • Dinamizar espaços de animação para a população idosa • Promover espaços de formação/informação para a comunidade geral privilegiando a comunidade escolar no âmbito da Violência Doméstica • Organizar espaços de Intervenção psico-social junto das famílias • Criar de um banco de ajudas técnicas • Criar uma Comissão integrada para o Idoso e adulto dependente

- Dinamizar um plano de qualidade para as organizações da economia social
- Promover dinâmicas que garantam uma efectiva intervenção social integrada
- Implementar o Plano de Respostas Integradas
- Criar Equipamentos para a População Deficiente
- Alargar as Respostas Sociais para a População Idosa
- Alargar as Respostas Sociais para a 1ª Infância

*Desenvolvimento
Tecnológico e de
Informação*

- Construir uma plataforma integrada de trabalho em rede
- Construir um sistema de informação geográfica em ambiente Web para a gestão da informação social do município
- Implementar as novas TIC nos espaços de animação para idosos

BIBLIOGRAFIA

BALTAZAR, Maria da Saudade (2004), “Da pobreza e exclusão à inclusão social – uma estratégia europeia”, Revista *Economia e Sociologia*, nº 77:15-28.

Carta de Reserva Agrícola Nacional

Carta de Reserva Ecológica Nacional

ENDS- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2015

Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social – Portugal 2008-2010

FREITAS, Maria João Passos Moutinho de (2007), “Análise da deficiência no concelho de Lousada”. Relatório Final de estágio – Universidade Aberta.

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3

INE - Instituto Nacional de Estatística

MOREIRA, Pe Jardim (2003), “PNAI 2003-2005: uma segunda oportunidade?” *Rediteia* 32: 2.

Nas Margens do Tâmega - mercado de trabalho, pobreza e exclusão: interacções e intervenções. Quartenaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, 2008

PNACE – Programa Nacional de acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

POFC - Programa Operacional Factores de Competitividade

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

PORN – Programa Operacional Região Norte

POVT - Programa Operacional Factores Valorização Territorial

Programa de Acção Intermunicipal de Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade, 2007-2010 TÂMEGA. Relatório Preliminar – Fevereiro 2008

Programa de Desenvolvimento Rural

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013

RODRIGUES, Maria João (s.d.), “A Cimeira de Lisboa e a Estratégia Europeia para o Emprego”, «<http://www.depp.msst.gov.pt/edicoes/rst7/mariajoaorodrigues.htm>»

Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental (2005). Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, IP